

# **Plano Diretor Municipal Figueiró dos Vinhos**

Junho 2015 | Município de Figueiró dos Vinhos



## **Avaliação Ambiental Estratégica Declaração Ambiental**

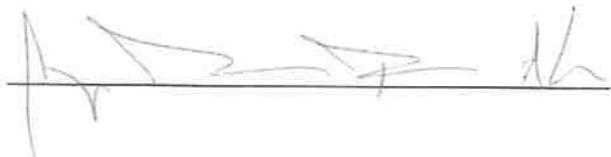
Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura  
Av. Araújo e Silva, 52. 3810-048 Aveiro | tel. / fax. 234426985  
[www.lugardoplano.pt](http://www.lugardoplano.pt) | [lugardoplano@lugardoplano.pt](mailto:lugardoplano@lugardoplano.pt)



Data de aprovação

Figueiró dos Vinhos, 29 de Junho de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

A handwritten signature in black ink, appearing to read "M. S. P. dL", is written over a horizontal line.



## ÍNDICE

<b>NOTA INTRODUTÓRIA .....</b>	<b>4</b>
<b>1. A FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS E O RELATÓRIO AMBIENTAL FORAM INTEGRADOS NO PLANO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. CONSULTA PÚBLICA.....</b>	<b>8</b>
2.1. Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º .....	8
2.2. Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º (Estados Membros da União Europeia) .....	13
<b>3. AS RAZÕES QUE FUNDARAM A APROVAÇÃO DO PLANO À LUZ DE OUTRAS ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS ABORDADAS DURANTE A SUA ELABORAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>4. AS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS .....</b>	<b>14</b>



## NOTA INTRODUTÓRIA

A revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Figueiró dos Vinhos foi aprovada em Assembleia Municipal, em 29 de Junho de 2015.

A presente Declaração Ambiental (DA) foi desenvolvida com base no estipulado no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) onde constam os elementos que devem ser incluídos na Declaração Ambiental, designadamente:

- A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano;
- As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;
- Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º (Estados Membros da União Europeia);
- As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no artigo 11.º).

### 1. A FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS E O RELATÓRIO AMBIENTAL FORAM INTEGRADOS NO PLANO

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) implicou um primeiro momento de definição do âmbito, que permitiu configurar os temas fundamentais em avaliação que integraram os Fatores Críticos de Decisão (FCD). Nesta fase da AAE, tomando como elementos de base os **Fatores Ambientais** (FA) que se expressam nas características intrínsecas do território em questão, realizou-se uma análise focada na interação das **Opções Estratégicas** (QE) da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos com os objetivos do **Quadro de Referência Estratégico** (QRE) preconizado para a proposta de revisão do PDM. Com esta análise foi determinado o grau de convergência dos objetivos estratégicos do PDM com os objetivos de ambiente e sustentabilidade preconizados nos diversos instrumentos de política ambiental que integram o QRE. Identificaram-se as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguraram determinantes para o objeto em análise, a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, tendo as mesmas sido integradas nos **Fatores Críticos de Decisão**, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.



Desta forma, foram definidos como FCD a analisar no âmbito da AAE, que reuniram os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que serviram de base para a tomada de decisão:

- **Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade;**
- **Biodiversidade e Conservação da Natureza;**
- **Património Cultural;**
- **Qualidade Ambiental;**
- **Riscos Ambientais.**

Atendendo ao Relatório de Fatores Críticos desenvolvido e aos pareceres emitidos pelas entidades consultadas com responsabilidades ambientais específicas, foi elaborado o Relatório Ambiental e o Resumo Não Técnico.

A metodologia de AAE adotada, no âmbito da elaboração do Relatório Ambiental, para a caracterização de cada um dos FCD definidos, envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Caracterização da situação existente e análise das principais tendências na ausência da execução do Plano;
- Análise dos efeitos esperados pela execução do Plano;
- Avaliação estratégica de oportunidades e ameaças;
- Proposta de um programa de seguimento, com diretrizes para planeamento, monitorização e gestão;
- Estabelecimento de um quadro de governança para a ação;
- Orientações para o estabelecimento de um plano de controlo para acompanhamento do processo.

Da análise de cada um dos Fatores Críticos de Decisão resultou ainda a indicação da necessidade de integração de algumas questões ambientais consideradas importantes, nos objetivos estratégicos do próprio plano.

Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos estratégicos inerentes à revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, que se encontram expressos nos elementos que acompanham a proposta de revisão do PDM, integram domínios de carácter ambiental, social e de ordenamento do território considerados relevantes e convergentes com uma política de sustentabilidade inspirada nos referenciais estratégicos definidos no âmbito da AAE (Quadro 1).

**Quadro 1 – Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos**



Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos
Consolidação da Rede de Equipamentos e Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforçar a centralidade municipal de Figueiró dos Vinhos, com oferta em termos de equipamentos, culturais e de serviços, e diversidade e qualidade de espaços públicos.</li> <li>▪ Promover a equidade territorial com níveis adequados de serviço às populações e acessibilidades qualificadas.</li> <li>▪ Melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos.</li> </ul>
Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Salvaguardar os valores naturais.</li> <li>▪ Proteger e valorizar a paisagem, os recursos hídricos e sistemas de regadios tradicionais.</li> <li>▪ Prevenir e minimizar riscos ambientais.</li> <li>▪ Estabelecer percursos articulados de paisagem e monumentos.</li> </ul>
Potenciar a Economia do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos.</li> <li>▪ Tirar partido da proximidade de Figueiró dos Vinhos com a Serra da Lousã quer no desenvolvimento da atividade florestal e da silvicultura e turismo com o aproveitamento das formas tradicionais de ocupação rural e produtos locais (artesanato e gastronomia).</li> <li>▪ Explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas.</li> <li>▪ Promover um desenvolvimento sustentado de Espaços Industriais / Armazenagem, Serviços e Logística, de vertente intermunicipal, articulado com a potencialidade das acessibilidades existentes.</li> <li>▪ Criar novas áreas de aptidão turística em articulação com o património natural e construído.</li> <li>▪ Desenvolver uma base económica local que tenha como suporte a defesa dos princípios da eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental.</li> </ul>
Requalificação Territorial e Urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes.</li> <li>▪ Consolidar Figueiró dos Vinhos enquanto sede de município, reforçando a sua função urbana.</li> <li>▪ Preservação dos valores históricos e culturais.</li> <li>▪ Reforçar a identidade concelhia.</li> </ul>

Salienta-se que, para além de se verificar o atendimento das questões de sustentabilidade ambiental nos objetivos estratégicos expostos no plano, as matérias ambientalmente significativas encontram-se transpostas para os elementos do plano com caráter vinculativo, designadamente no seu regulamento.

Neste contexto, importa evidenciar que dos "**Instrumentos de Gestão Territorial a observar**" inseridos no Artigo 4.º do Regulamento, constam o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica 5 (RH5) (PGBH do Tejo), o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II); o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI).

O regulamento inclui ainda um Capítulo específico (Capítulo I) referente ao **Sistema Ambiental**, onde se integra a Estrutura Ecológica Municipal (EEM), as Zonas Inundáveis e outras áreas sujeitas a riscos naturais, o zonamento acústico e os recursos geológicos. Este sistema ambiental visa "garantir o equilíbrio ecológico do processo de transformação do território municipal, promovendo a melhoria das condições ambientais e de fruição ambiental nas áreas nele integradas".



De acordo com o regulamento, a **Estrutura Ecológica Municipal** “corresponde ao conjunto das áreas que em virtude da presença de valores e recursos naturais, das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento tem por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural, dos espaços rurais e urbanos”. No que diz respeito às **Zonas Inundáveis**, estas correspondem às “áreas contíguas à margem dos cursos de água que se estendem até à linha alcançada pela maior cheia conhecida, com probabilidade de ocorrência num período de retorno de 100 anos”, sendo que “asseguram a função de proteção da linha de água e da galeria ripícola, destinando-se predominantemente a zonas de um nível elevado de permeabilidade do solo e cuja modelação de terreno favoreça a infiltração das águas, sem prejuízo do regime jurídico das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional e na área do POACB”. O regulamento prevê no artigo 12.º, o seguinte articulado:

*“2. Nas zonas inundáveis é interdita:*

- a. A alteração do relevo natural, salvo nas situações em que tal ação vise favorecer o controlo das cheias e a infiltração das águas;*
  - b. A alteração do sistema natural de escoamento por obstrução à circulação das águas.*
- 3. Não é admitido o aumento da área de implantação de edificações existentes ou construção de novos edifícios, salvo nas áreas urbanas consolidadas, as quais correspondem a solo urbanizado, e em situações de colmatação ou remate do tecido edificado desde que sujeitas ao cumprimento dos seguintes condicionalismos:*
- a. A cota do piso inferior da edificação, independentemente do seu uso, terá de ser superior à cota local da máxima cheia conhecida ou com um período de retorno de 100 anos;*
  - b. Não conter cave, nem aterros;*
  - c. Não constitua obstrução à livre passagem das águas ou interfira negativamente com o fenómeno em causa.*
- 4. Nas zonas inundáveis é interdita a construção de edifícios considerados sensíveis, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2º do Decreto – Lei nº 115/2010, de 22 de outubro, bem como qualquer obra de edificação a eles relativa que agrave a suscetibilidade de ocorrência de inundações.*
- 5. Nos passeios, calçadas, praças, ciclovias e estacionamentos devem ser utilizados materiais permeáveis”.*



Relativamente ao **Zonamento Acústico**, o plano identifica zonas mistas, sendo “os receptores sensíveis isolados não integrados em zonas classificadas, equiparados a zonas mistas, para efeitos de aplicação dos respetivos valores limite de exposição ao ruído”.

O regulamento contempla ainda o artigo 17.º referente a “**Captações de água subterrânea para consumo humano**”, onde se estabelece que “para as captações de água subterrânea para consumo humano, enquanto não forem publicados os respetivos perímetros de proteção valem as restrições de utilidade pública definidas por lei ou os condicionalismos impostos por regulamento municipal específico ou, ainda, na ausência destes, devem ser interditas, num raio de 200 metros tendo por centro o ponto de captação, as atividades e as instalações suscetíveis de poluir as águas subterrâneas, quer por infiltração de poluentes quer por poderem modificar os fluxos nas captações ou favorecer as infiltrações”. O Regulamento prevê ainda, no artigo 18.º, a salvaguarda e proteção de todas as **nascentes** de água potável para consumo humano, através da delimitação de perímetros de proteção.

Por outro lado, o regulamento identifica os “**Espaços Naturais**”, no seu artigo 53.º, sendo que estes “correspondem a áreas do território com elevado estatuto de conservação e proteção que tem como principal função a salvaguarda da biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens e onde se verifica a ocorrência de valores naturais com estatuto de conservação”.

De salientar, ainda, que a integração de questões de sustentabilidade ambiental no Plano foram também asseguradas através da definição de um Plano de Controlo que força a aplicação de medidas de sustentabilidade na fase de execução do plano. Neste contexto, acresce a importância da fase de seguimento, que promove o acompanhamento da implementação da proposta de revisão do PDM, através da monitorização da evolução dos principais indicadores de sustentabilidade, sua análise face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e ainda a possibilidade de se efetuar uma revisão periódica ao plano de controlo proposto (Quadro 3 e Quadro 4).

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspetos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.

#### 4. CONSULTA PÚBLICA

##### 2.1. OBSERVAÇÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA REALIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO 7.º

De acordo com o n.º 1, do Artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) a Avaliação Ambiental Estratégica requer que, antes da aprovação do plano e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração (Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos) promova



a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

No quadro seguinte apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres emitidos pelas Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAЕ) consultadas, relativamente ao Relatório Ambiental entregue. Todas as sugestões mereceram especial atenção, tendo sido na sua maioria consideradas na revisão do relatório ambiental final. As questões que não sofreram alteração, de acordo com as sugestões das ERAE, foram alvo de justificação.

**Quadro 2 - Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas:**

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)	Considerações do RA
<p>A entidade refere que no RA não é evidente a comparação da proposta com as diversas soluções alternativas que foram desenvolvidas ao longo do processo, e que culminaram com esta proposta final, confronto que teria certamente conduzido a uma solução mais clara e sustentada.</p>	<p>A proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos corresponde ao culminar de um longo processo de planeamento, coadjuvado por elementos de diagnóstico setoriais, que traduz as opções estratégicas que melhor se adequam ao território concelhio e ao modelo de desenvolvimento pretendido, não tendo sido equacionadas alternativas à proposta em avaliação. Neste contexto, a alternativa considerada no âmbito da AAE corresponde a uma alternativa zero, ou seja, a não revisão do PDM.</p> <p>Importa referir que este aspeto foi trabalhado ao longo do Relatório Ambiental, aquando da Análise de Tendências (efetuada para cada um dos FCD), onde foi tomada em consideração a evolução provável do estado do ambiente considerando a não revisão do PDM.</p> <p>Salienta-se, igualmente, que no decurso da AAE desta proposta de Plano, foram aproveitadas as janelas de oportunidades que o processo de Avaliação Ambiental proporciona, tendo sido incorporados e ajustados objetivos estratégicos do Plano, de forma a tornar a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos mais sustentável do ponto de vista ambiental.</p>
<p>No que se refere ao FCD 1, em particular às infraestruturas sociais, culturais, desportivas, lazer, viárias e outras, apesar de se julgarem "suficientes e diversificadas", estas deveriam ter sido objeto de uma visão intermunicipal, isto é, a sua funcionalidade deve ser equacionada numa lógica de otimização de recursos, pressupondo uma clara articulação com os concelhos limítrofes.</p>	<p>A proposta da entidade foi tida em consideração, tendo-se acrescentado informação sobre a necessidade de articulação intermunicipal.</p>
<p>Ainda no que se refere ao FCD 1, tendo por base o conceito social e económico, apesar de ser referido que se pretendem "fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas de floresta", recomenda-se que seja dada maior relevância à sua vertente económica, com especial enfoque aos empreendedores do recurso florestal.</p>	<p>O objetivo de sustentabilidade referido "fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas de floresta", encontra-se vertido no FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, no Domínio da "Gestão, Conservação e Valorização da Floresta".</p> <p>O espaço florestal e a sua relevância na vertente económica foi analisado no âmbito do FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade, tendo sido incluída uma medida no Plano de Controlo (Capítulo 7) relativa a "Potenciar a importância económica e social do espaço florestal".</p>
<p>No quadro 5.4.4.1. a "dispersão urbana" é considerada como ameaça, no entanto esta preocupação não transparece na proposta de ordenamento.</p>	<p>A sugestão da entidade foi tida em consideração.</p>
<p>A entidade considera que a fase de seguimento deve garantir o cumprimento dos objetivos definidos para cada FCD, bem como a concretização e ou o ajustamento das diretrizes propostas, com atribuição de competências às diversas entidades identificadas no Quadro de Governança para a Ação.</p>	<p>Sobre este aspeto importa realçar que o Plano de Controlo proposto no Capítulo 7 do Relatório Ambiental, insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, e pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de duração do PDM. Este plano de controlo é suportado e monitorizado através de indicadores de avaliação</p>



Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Considerações do RA
	<p>estratégica previamente definidos sendo que, para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que profetizou, alcançando deste modo os objetivos de sustentabilidade definidos.</p> <p>De acrescentar que este Plano de Controlo, que será integrado na Declaração Ambiental, permitirá que a fase de seguimento garanta o cumprimento dos objetivos definidos para cada um dos FCD considerados.</p> <p>Importa ainda salientar que os indicadores apresentados no Plano de Controlo reduzem-se à área territorial municipal, às competências da Câmara Municipal no território, bem como às características mais pertinentes para acompanhamento da evolução do plano. Por este motivo a atribuição das competências das entidades identificadas no Quadro de Governança para a Ação não estão incluídas neste Plano de Controlo.</p>
<p>A entidade identificou um conjunto de aspectos formais de detalhe que merecem uma revisão cuidada, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- à data da elaboração do RA o mapa das NUTS III já tinha sido alterado, dando o Pinhal Interior Norte lugar à região de Leiria.</li> <li>- a entidade recomenda ainda a consideração dos objetivos preconizados nos documentos elaborados no âmbito da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria (da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal) que vão marcar o período da esperada vigência da revisão do PDMFV.</li> </ul>	<p>A utilização da Nomenclatura "Pinhal Interior Norte" deve-se ao facto de as estatísticas oficiais (do INE) ainda apresentarem os dados dessa forma. Se não se utilizar esta nomenclatura, será difícil proceder-se à comparação de estatísticas que permitam perceber qual a evolução dos indicadores, pelo que se manteve esta denominação.</p> <p>Relativamente à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria (da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal), esta não foi integrada no Quadro de Referência Estratégico uma vez que já se encontram inseridos no QRE instrumentos de carácter regional e estratégico, nomeadamente o PROT-C, que reflete uma estratégia de desenvolvimento integrada, de base territorial, para a região.</p>
<b>Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC)</b>	
<p>A entidade não concorda que no Quadro 5.6.2.1. se considere o património cultural do território do PEFICA, sendo que deverá constar apenas informação relativa ao concelho.</p>	<p>Conforme sugestão da entidade, foi considerada apenas informação relativa ao concelho de Figueiró dos Vinhos, no Quadro 5.6.2.1.</p>
<p>Na análise SWOT, na rúbrica das <i>forças</i> a única referência a património arqueológico diz respeito a jazidas do concelho de Pedrógão Grande, pelo que a entidade propõe que este elemento seja retirado desta análise.</p>	<p>A sugestão da entidade foi tida em consideração.</p>
<p>Na análise SWOT, na avaliação das <i>fraquezas</i>, a entidade propõe que se considere a inexistência de Carta Arqueológica.</p>	<p>A sugestão da entidade foi tida em consideração.</p>
<p>Na análise SWOT, nas <i>ameaças</i>, a entidade considera a possibilidade de destruição de vestígios arqueológicos não inventariados (muitíssimo mais vulneráveis à destruição), por não haver a Carta Arqueológica.</p>	<p>A sugestão da entidade foi tida em consideração.</p>
<p>O quadro 5.6.2.3. identifica os bens arqueológicos da base de dados da DGPC, no entanto, desta listagem não constam os bens relacionados com a arqueologia industrial, que tem, por exemplo nas Ferrarias da Foz do Alge, um exemplar de distinção a nível nacional. Neste contexto a entidade propõe que se acrescentem os valores arqueológicos em falta.</p>	<p>A sugestão da entidade foi tida em consideração.</p>
<p>No Quadro de Governança, a entidade considera que as entidades que tutelam o património cultural omissas mas que podem ter um papel a desempenhar na "monitorização e gestão de ações" previstas para o desenvolvimento e execução, devem passar a constar: a DRCC como entidade que tutela os bens classificados e a DGPC como entidade que tutela o património arqueológico.</p>	<p>A sugestão da entidade foi tida em consideração.</p>
<b>Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)</b>	
<p>A entidade considera que o Fator Crítico de Decisão "Biodiversidade e Conservação da Natureza" encontra-se bem estruturado, salientando-se no entanto a falta de uma análise mais pormenorizada das conclusões apresentadas relativamente à sua integração com cada classe de espaço.</p>	<p>Importa referir que toda a Área Classificada se integra em Solo Rural, estando maioritariamente integrada nas categorias de Espaço Florestal de Conservação e Espaços Naturais. A preocupação quanto aos "usos e a ocupação do solo associados às categorias de espaço definidas na Planta de Ordenamento e respetiva regulamentação, promovem ou não conflituam com as necessidades de manutenção num estado de conservação favorável dos valores naturais" foi salvaguardada através da regulamentação específica no Plano ao reconhecer a aplicação a toda área do Sítio da Serra da Lousã do regime de Condicionantes-Serviços e</p>



Sugestões, Comentários e/ou Assunto(s) Abordado(s) pela ERAE	Considerações do RA
	<p>Restrições de Utilidade Pública (Proposta de Regulamento do Plano, 2015), referindo ao longo do articulado que "serão observadas as disposições legais e regulamentares referentes a servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, ainda que não estejam assinaladas na Planta de Condicionantes" e ainda "na área correspondente ao sítio da rede natura 2000 as intervenções admitidas ficam abrangidas pelas disposições do plano setorial da rede natura 2000 nomeadamente as orientações de gestão dele constantes".</p>
<p>Esse trabalho poderia ser aproveitado para a realização do Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000, que deve integrar o Relatório da proposta do PDM. Este Relatório deverá demonstrar e assegurar que os usos e a ocupação do solo associados às categorias de espaço definidas na Planta de Ordenamento e respetiva regulamentação, promovem ou não conflitam com as necessidades de manutenção num estado de conservação favorável dos valores naturais.</p>	<p>O Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000 não integra o Relatório Ambiental, devendo integrar o Relatório da proposta do PDM.</p>
<p>Falta de delimitação do Perímetro Florestal da Serra da Lousã na Figura 5.5.2.4.</p>	<p>A Figura à qual é feita referência foi eliminada neste processo de revisão, uma vez que a imagem original provinha do PDFCI, não tendo sido alterada isoladamente para uso no RA. A informação pretendida foi adicionada ao texto do RA no indicador relativo a "Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)".</p>
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	
<p>A entidade considera que para o Plano de Controlo são apresentados indicadores que deveriam ser mais concretizados (com uma análise mais ao nível concelhio) e indicação das metas a atingir. De salientar (quadro 7.2) a título de exemplo que para o indicador das águas subterrâneas é referido que o valor base será o Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo. Quanto à meta pretendida para o concelho nada é apresentado remetendo o documento para a elaboração de estudos de suporte à sua caracterização.</p>	<p>De uma forma geral, no Quadro 7.2. os indicadores encontram-se apresentados ao nível concelhio, salvo situações em que não foi possível obter informação a essa escala. Por outro lado importa esclarecer que, apesar de não ter sido possível definir metas para todos os indicadores, considera-se importante mantê-los no Plano de Controlo, e remeter para o desenvolvimento de estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização. Relativamente ao indicador das águas subterrâneas, foi retirada do plano de controlo a referência da classificação da massa de água subterrânea e inserida a classificação de um dos furos existentes no concelho (263/C64), sendo que o outro furo, com informação relativa à qualidade da água, disponível no SNIRH (276/C68), já constava neste Quadro 7.2. Foi ainda definida a respetiva meta pretendida para o concelho, no Plano de Controlo.</p>
<p>Tendo em conta a classificação das praias fluviais seria desejável que fossem apresentados indicadores quanto à melhoria e manutenção da água destas áreas de recreio e lazer.</p>	<p>No âmbito do FCD "Qualidade Ambiental", no domínio da "Água", foi acrescentado e analisado o indicador relativo a "Qualidade das águas balneares", dando desta forma resposta ao solicitado pela entidade.</p>
<p>É indicado que cerca de 44,7% da água consumida não foi faturada o que indica um sistema bastante deficiente. A fim de promover um consumo eficiente de água os indicadores são, no entender da entidade, insuficientes – <i>Perdas no sistema de abastecimento e Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água</i>, pelo que a entidade considera desejável avaliar, para além da utilização urbana, o uso agrícola e o uso industrial.</p>	<p>Conforme descrito no relatório sectorial "Estudo do Ambiente" (2015), "cerca de 44,7% da água do sistema de abastecimento em baixa do concelho não é faturada, pelo que se pode depreender, com relativo grau de certeza, que parte dessa água se perde ao longo do sistema de abastecimento", referindo ainda este relatório que, "conforme a ERSAR (2011), um número significativo de entidades gestoras apresenta uma percentagem elevada de perdas de água. Considera-se haver claras oportunidades de melhoria, sendo importante que as entidades gestoras implementem metodologias de redução das perdas de água". Pelo referido, uma vez que a solução do problema identificado passa por promover medidas de redução e perdas de água no sistema de abastecimento, considera-se que, ao nível dos indicadores definidos, estas medidas encontram-se já definidas e apresentadas de forma pormenorizada no Plano de Controlo, para o uso urbano, assegurando-se desta forma a sua monitorização contínua durante o período de vigência do Plano, permitindo ao município tornar o seu sistema de abastecimento mais eficiente e eficaz. Relativamente ao uso agrícola e uso industrial, não foram definidas nem previstas medidas no Plano de Controlo do Relatório Ambiental uma vez que se considera que a atuação da Câmara Municipal, a este nível, é muito limitada, sendo que as medidas previstas no âmbito do PNUEA para estes dois setores de atuação são muito específicas para as</p>



Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Considerações do RA
A necessidade de implementar objetivos e indicadores com maior grau de pormenor e eficácia torna-se maior quando, na análise SWOT apresentada sobre esta matéria, é assumido como uma ameaça a "falta de controlo e potencial mau funcionamento de algumas fossas sépticas individuais". Salienta-se que nos estudos de caracterização é referido que embora 99,4% tenha esgotos apenas 30% estão ligados aos sistemas de recolha de águas residuais que conduzem às ETAR existentes.	respetivas atividades em causa. Os indicadores previstos no FCD "Qualidade Ambiental" sobre esta matéria ("População servida por sistemas de drenagem de águas residuais" e "População servida por sistemas de tratamento de águas residuais") estão associados ao cumprimento de um conjunto de medidas, algumas decorrentes do PEASAR II, que se encontram definidas no Plano de Controlo (Capítulo 7) e que obrigarão o município a garantir a operacionalidade e eficácia dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais existentes, durante a fase de seguimento e durante o período de vigência do Plano. Neste contexto, considera-se que os indicadores definidos dão resposta aos objetivos de sustentabilidade propostos, sendo aplicáveis à escala de avaliação pretendida.
<b>Estradas de Portugal, SA (EP)</b>	
A entidade considera que deveria ser acrescentado ao QRE o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020, uma vez que este Plano Estratégico caracteriza-se, no que respeita aos objetivos estratégicos para o horizonte 2014-2020, pela proposta de "um equilíbrio entre um esforço de promoção do crescimento, um esforço reformista e de promoção da sustentabilidade do sistema de transportes e um esforço de coesão social e territorial".	A proposta da entidade foi tida em consideração.
A entidade considera que, no Domínio "Ordenamento do Território", do FCD "Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade", deverão ser considerados parâmetros relacionados com a "conectividade modal" (por ex. percepção da atratividade da rede de TC, capacidade das interfaces modais, etc), bem como indicadores mais diretamente relacionados com a rede de infraestruturas rodoviárias (ex. evolução do volume de tráfego, nível de serviço, capacidade e segurança), pelo que se considera uma mais-valia a re-análise do indicador utilizado no Domínio "Ordenamento do Território".	A proposta da entidade foi tida em consideração.
No que respeita às referências efetuadas à rede viária, a entidade salienta que estas deverão estar em sintonia com os restantes elementos apresentados.	A proposta da entidade foi tida em consideração.
<b>Direção Geral do Território (DGT)</b>	
Na página 55 do Relatório Ambiental são apresentados extratos da carta militar 1:25 000, sendo que a entidade considera que deverá ser anexada ao relatório do plano uma declaração passada pelo Instituto Geográfico do Exército com indicação da finalidade do licenciamento, formato dos dados (vetor e/ou raster) e sistema de georreferência em que os dados foram disponibilizados.	As figuras onde se encontravam os extratos da carta militar 1:25 000, na página 55, foram eliminadas no Relatório Ambiental, por ausência de declaração prestada pelo Instituto Geográfico do Exército.

O processo de consulta pública, de acordo com o n.º 6, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) prevê ainda que a proposta de revisão do plano e o respetivo Relatório Ambiental sejam "submetidos a consulta pública, por iniciativa da entidade responsável pela sua elaboração, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados que possam de algum modo ter interesse ou ser afetados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projetos por aquele enquadrados".

De forma a dar cumprimento a este procedimento, a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, acompanhado do Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico resultantes do processo de Avaliação Ambiental Estratégica, do parecer final da Comissão de



Acompanhamento, das atas das reuniões de concertação e dos demais pareceres emitidos, estiveram disponíveis para consulta pública aos municípios no portal do Município de Figueiró dos Vinhos em [www.figueirodosvinhos.pt](http://www.figueirodosvinhos.pt), no Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento do Município de Figueiró dos Vinhos, de segunda a sexta-feira no horário normal de expediente e no Posto de Turismo, sítio em edifício "Casulo" de Malhoa, aos sábados e domingos (também no horário normal de expediente), tendo ainda estado disponível, para o efeito, o n.º de telefone 916892008.

Durante o período de discussão pública, a Câmara Municipal promoveu uma sessão pública de esclarecimento sobre a proposta de revisão do PDM, realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal no dia 1 de Junho de 2015.

A consulta pública decorreu no período compreendido entre 13 de Maio e 11 de Junho de 2015.

De referir que, durante esta fase de discussão pública, não foram registadas quaisquer reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento relativo aos conteúdos retratados no Relatório Ambiental ou no Resumo Não Técnico.

## **2.2. OS RESULTADOS DAS CONSULTAS REALIZADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º (ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA)**

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos, não foi considerada a necessidade de efetuar consulta a nenhum estado membro da União Europeia devido, não só à localização geográfica do plano em análise, como também pelo facto de não se prever que as opções estratégicas e objetivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do plano em análise sejam suscetíveis de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado Membro da União Europeia.

## **3. AS RAZÕES QUE FUNDARAM A APROVAÇÃO DO PLANO À LUZ DE OUTRAS ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS ABORDADAS DURANTE A SUA ELABORAÇÃO**

No decorrer dos trabalhos de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, a construção das suas propostas foi baseada fortemente nas diversas leituras do terreno e nas técnicas que individualmente foram sendo desenvolvidas, tendo sido apresentadas e discutidas em conjunto com a Câmara Municipal e com as juntas de freguesia, através de contacto direto e realização de inquéritos aos diversos atores. As preocupações e interesses de desenvolvimento manifestados pelos movimentos associativos, responsáveis pelas unidades educativas, desportivas, de proteção e segurança pública, etc., foram também determinantes, para um maior conhecimento da realidade local ao nível desportivo, cultural, social, recreativo e económico, cujo contributo para a consolidação da proposta foi fundamental.



Na prossecução da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos foram observadas todas as disposições legais aplicáveis, para além daquelas que enformam, bem como as suas sucessivas alterações e regulamentações supervenientes e normas complementares e afins.

Com a revisão do PDM foram ainda desenvolvidas as compatibilizações necessárias entre os vários planos, programas e projetos com incidência no território municipal, donde se destacam os planos especiais de ordenamento do território, nomeadamente o Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode (POACB), o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouçã e Santa Luzia, o plano sectorial relativo ao Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROFIN), a área de Reserva Ecológica Municipal de Figueiró dos Vinhos, o Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Figueiró dos Vinhos e ainda o Plano de Pormenor do Parque Industrial de Figueiró dos Vinhos.

Através da proposta de ordenamento, efetuou-se o modelo territorial desenvolvido pela agregação de diversos elementos, quer sejam os objetivos preconizados para o Município ou a formulação de sugestões dos municípios. A proposta de ordenamento ilustra, assim, a concretização territorial dos objetivos/orientações, estratégicas definidas para o Plano, a incorporação do atual quadro legal e uma estrutura territorial de fácil compreensão e aplicação por parte dos técnicos que a consultam/gerem.

Neste contexto, pela análise exaustiva, argumentação e justificações apresentadas nos diferentes documentos que suportam a revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, não foram consideradas alternativas à estratégia proposta, com exceção da análise da alternativa zero (correspondente à evolução do território na ausência da implementação da proposta de revisão do plano), considerando-se que a proposta de PDM sob análise responde às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento do território concelhio.

#### 4. AS MEDIDAS DE controlo PREVISTAS

De acordo com o definido na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) no Relatório Ambiental deve constar "*uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º*".

Estas medidas devem ainda constar na presente Declaração Ambiental e ser objeto de verificação por parte da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, na fase de seguimento do Plano, de forma a identificar e corrigir, atempadamente, os efeitos negativos imprevistos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do plano.

Assim, para que a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foi definido um **Plano de Controlo** que visa assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando da execução do Plano.



Neste contexto, o Plano de Controlo insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação no período de execução do PDM.

Importa que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano. Para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

O Quadro 3 apresenta os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos e define as medidas de gestão ambiental a desenvolver.

O Quadro 4 focaliza particularmente os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Figueiró dos Vinhos face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia. Apesar de não ter sido possível obter o valor base para alguns dos indicadores identificados, considera-se importante desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização/seguimento.

Importa salientar que os indicadores apresentados no Plano de Controlo se reduzem à área territorial, às competências da Câmara Municipal no território bem como às características mais pertinentes para acompanhamento da evolução do plano.

Quadro 3 – Plano de Controlo: indicadores de sustentabilidade e medidas de gestão ambiental.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
<b>Competitividade e Desenvolvimento Regional</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• População Ativa</li> <li>• Evolução da População Ativa por atividades económicas</li> <li>• Taxa de Atividade</li> <li>• Taxa de Desemprego</li> <li>• Atividades económicas instaladas no concelho</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional e nacional</li> <li>• Criar condições para a atracção e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional</li> <li>• Fomentar o desenvolvimento sustentável, proporcionando uma maior organização e coesão económica, social e territorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar o nível de qualificação da população ativa</li> <li>- Criar condições para a existência de mais emprego no concelho</li> <li>- Promover ações de Formação Profissional orientada para as áreas mais carenciadas de emprego</li> <li>- Criar condições para a fixação de empresas no concelho</li> <li>- Promover a qualificação da população ativa desempregada</li> <li>- Fomentar a fixação e o desenvolvimento das atividades económicas instaladas no concelho existentes</li> <li>- Promover políticas de atração e de fixação de novas atividades económicas</li> <li>- Promover um correto ordenamento dos Espaços empresariais</li> <li>- Promover uma correta utilização e gestão destes espaços</li> </ul>
<b>Ordenamento do Território</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• População Residente</li> <li>• População Residente por Grupos Etários</li> <li>• Densidade Populacional</li> <li>• Espaço urbano e urbanizável</li> <li>• Espaço Industrial</li> <li>• Espaço Turístico</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar a organização espacial do território</li> <li>• Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar condições para a fixação da população no concelho, nomeadamente a população em idade ativa</li> <li>- Promover um correto ordenamento do Espaço Urbano e Urbanizável</li> <li>- Criar condições para a fixação de empresas no concelho</li> <li>- Estruturar e infraestruturar as áreas destinadas à localização industrial e empresarial</li> <li>- Promover um correto ordenamento das Áreas com Aptidão Turística sustentável no concelho</li> <li>- Fomentar a criação de empresas destinadas a assegurar a atividade turística</li> <li>- Promover a proteção e valorização da área florestal</li> <li>- Potenciar a importância económica e social do espaço florestal</li> <li>- Promover o ordenamento e proteção da floresta de acordo com as orientações do PROF-PIN</li> <li>- Promover um correto ordenamento do Espaço Urbano e Urbanizável</li> </ul>

Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade



FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço Agrícola</li> <li>• REN</li> <li>• RAN</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover o ordenamento do espaço agrícola</li> <li>- Potenciar a importância económica e social do espaço agrícola</li> <li>- Salvaguardar, Preservar e Valorizar cada um dos Sub-Sistemas que integram a REN</li> <li>- Salvaguardar os Solos Agrícolas em especial os classificados como integrantes da RAN</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover o correto ordenamento do Espaço Urbano e Urbanizável</li> <li>- Promover um correto ordenamento da Rede Viária intra e inter-concelhia</li> <li>- Promover uma correta utilização e gestão das infraestruturas</li> <li>- Garantir o acesso a infraestruturas básicas a toda a população</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana</li> <li>• Promover a criação de centralidades urbanas</li> <li>• Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias</li> <li>• Estruturar e infraestruturar espaços vocacionados para a instalação de actividades económicas</li> <li>• Garantir um nível de infraestruturação adequado às novas exigências ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço Urbano e urbanizável</li> <li>• Rede Viária</li> <li>• Espaço Industrial</li> <li>• Infraestruturas (água, saneamento, gás, eletricidade)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover e valorizar os espaços verdes urbanos</li> <li>- Definir a Estrutura Ecológica Municipal</li> <li>- Promover uma correta gestão dos espaços verdes/áreas naturais</li> <li>- Sensibilizar a população para a conservação e valorização do património natural e edificado do concelho</li> <li>- Promover o uso sustentável, em termos económicos, sociais e ambientais dos produtos e recursos naturais e culturais do concelho</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade de Vida</li> <li>• Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho</li> <li>• Qualificar o Espaço Público</li> <li>• Garantir mobilidade para todos</li> <li>• Qualificar a rede de equipamentos de utilização coletiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaços Verdes/Áreas Naturais</li> <li>• Espaço Público</li> <li>• Mobilidade (percursos pedestres e ciclovias)</li> <li>• Equipamentos de Utilização Coletiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservar e valorizar os espaços verdes urbanos</li> <li>- Definir a Estrutura Ecológica Municipal</li> <li>- Promover uma correta gestão dos espaços verdes/áreas naturais</li> <li>- Aumentar as oportunidades para a mobilidade pedonal e de bicicleta</li> <li>- Garantir Mobilidade para todos</li> <li>- Promover uma correta utilização e gestão dos equipamentos</li> </ul>
	Turismo		



FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir espaços atrativos e qualificados que permitam a sua utilização para práticas de lazer</li> <li>Incentivar a prática de um turismo sustentável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Infraestruturas de turismo e lazer</li> <li>Equipamentos de turismo e lazer</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover políticas de atração e de fixação de novas unidades hoteleiras</li> <li>Incentivar a qualificação das Unidades existentes</li> <li>Criar equipamentos sustentáveis de turismo e lazer que potenciem a atividade e atraiam a população</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o uso sustentável e a requalificação dos ecossistemas ribeirinhos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ecosistemas ribeirinhos de suporte às atividades de uso sustentável</li> <li>Projetos de requalificação de áreas ribeirinhos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover uma correta gestão das áreas naturais</li> <li>Elaborar projetos de requalificação das áreas ribeirinhos</li> <li>Assegurar uma correta utilização dos ecossistemas ribeirinhos</li> <li>Promover a proteção e valorização da área florestal</li> <li>Promover a sensibilização da população para a proteção das áreas naturais do concelho</li> </ul>
	Areas Classificadas		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural e cultural em áreas classificadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar orientações de gestão referidas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o Sítio Serra da Lousã</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ações de manutenção/gestão de elementos de valorização da paisagem (galerias ripícolas, regadios tradicionais)</li> <li>Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitação e manutenção de caminhos tradicionais</li> <li>Dinamização de caminhos tradicionais reabilitados para a instalação de trilhos de descoberta e de interpretação de natureza devidamente marcados e sinalizados</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Evitar perda nos valores naturais da área classificada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de gestão para Área Classificada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar um Plano de Gestão para a área classificada, integrando as orientações de gestão referidas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o Sítio Serra da Lousã, e orientações específicas para habitats e espécies.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mantener a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diversidade de espécies</li> <li>Espécies com estatuto de proteção</li> <li>Espécies ameaçadas</li> <li>Ações de conservação de espécies</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mantener e/ou incrementar as áreas afetas às diferentes espécies ameaçadas e protegidas</li> <li>Implementar planos de ação para a conservação de espécies, nomeadamente para o controlo de espécies exóticas invasoras</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conservar habitats prioritários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Habitats prioritários</li> <li>Ações de conservação de habitats</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorizar a evolução de habitats prioritários (espécies presentes e área ocupada)</li> <li>Elaborar planos de gestão com medidas direcionadas para a minimização de ameaças (espécies exóticas invasoras, etc.), valorização e aumento de área desses habitats</li> </ul>
	Estrutura Ecológica Municipal		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover as funções e serviços dos sistemas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas/sistemas biofísicos integrados em espaços de EEM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mantener ou aumentar a área integrada na EEM</li> <li>Valorizar os espaços integrados em EEM, atuando no sentido da sua</li> </ul>



FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	(re)naturalização, valorizando espécies autóctones e controlando espécies alienígenas	Medidas
Gestão, Conservação e Valorização da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta</li> <li>• Controlar a proliferação de espécies vegetais não indígenas invasoras com risco ecológico conhecido</li> <li>• Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento de um continúo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zonas de Intervenção Florestal</li> <li>• Área de floresta de proteção</li> <li>• Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)</li> <li>• Áreas de distribuição das espécies vegetais invasoras</li> <li>• Ações de controlo de espécies vegetais invasoras</li> <li>• Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidar a implementação de ZIFs</li> <li>- Valorizar as espécies autóctones e resistentes ao fogo</li> <li>- Mapear de focos de espécies vegetais exóticas invasoras</li> <li>- Controlar e/ou erradicar focos de vegetação exótica invasora</li> <li>- Fomentar a implantação e infraestruturação de áreas de lazer em articulação com a rede de percursos pedestres municipais</li> </ul>
Identidade Histórica e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar edifícios históricos e outras características culturais importantes</li> <li>• Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos</li> <li>• Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios, nas proximidades de centros históricos</li> <li>• Preservar locais arquitetónicos e arqueológicos</li> <li>• Valorizar a diversidade e a identidade local</li> <li>• Promover o turismo cultural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obras em edifícios (reabilitação/manutenção)</li> <li>• Reabilitação de edifícios degradados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edifícios históricos urbanos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a reabilitação/recuperação em edifícios privados considerados de interesse público</li> <li>- Assegurar a recuperação ou intervenção para que a mesma seja executada nos edifícios públicos classificados como de interesse</li> <li>- Monitorizar as obras de reabilitação/recuperação garantindo que as características próprias dos edifícios são preservadas</li> <li>- Garantir a implementação no disposto do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Figueiró dos Vinhos</li> <li>- Garantir a inventariação dos imóveis bem como a sua regular atualização</li> <li>- Monitorizar a preservação e conservação dos mesmos</li> <li>- Promover a preservação e conservação dos imóveis</li> <li>- Garantir a preservação e conservação dos sítios arqueológicos</li> <li>- Promover a sensibilização e informação dos cidadãos</li> <li>- Promover circuitos e atividades que integram a divulgação dos bens culturais da região</li> <li>- Monitorizar a preservação e conservação dos mesmos, bem como a correta utilização daqueles espaços</li> <li>- Promover a sensibilização e informação dos cidadãos</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aldeias de Xisto</li> </ul>	



FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Solo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades culturais</li> <li>• Ações de divulgação cultural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a divulgação das atividades culturais da região</li> <li>- Fomentar o estabelecimento de circuitos temáticos que promovam a valorização do Concelho</li> <li>- Promover a divulgação dos circuitos e rotas temáticas</li> <li>- Desenvolvimento e promoção de atividades culturais</li> <li>- Fomentar a definição de percursos pedestrais, para conferir um contacto mais próximo entre o observador e a zona histórica</li> </ul>	
Água	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuir a contaminação do solo</li> <li>• Minimizar o impacto provocado por resíduos</li> <li>• Promover uma política adequada de gestão de resíduos</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção e Valorização de Resíduos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover ações de erradicação de depósitos ilegais de resíduos</li> <li>- Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final o aterro</li> <li>- Implementar sistemas de recolha seletiva junto dos grandes produtores (escolas, indústrias, serviços e infraestruturas municipais)</li> <li>- Melhoria da cobertura do serviço de recolha</li> <li>- Aumento do número de ecopontos</li> <li>- Promover ações de sensibilização de separação de resíduos relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha seletiva e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos</li> <li>- Promover ações de sensibilização relativas à compostagem, incentivando a separação dos resíduos orgânicos</li> <li>- Estabelecer um programa de monitorização dos resíduos valorizáveis e dos que vão para aterro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos</li> <li>- Promover ações que visem proteger e melhorar a qualidade da água subterrânea</li> <li>- Estabelecer um programa de monitorização de águas superficiais e subterrâneas</li> <li>- Estabelecer um programa de gestão dos efluentes provenientes das atividades agropecuárias</li> <li>- Promover ações de sensibilização relativas à preservação dos recursos hídricos</li> </ul>
Qualidade Ambiental			



Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
FCD		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consumo de água</li> <li>População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar o uso racional e eficiente da água</li> <li>- Assegurar o cumprimento nas normas de qualidade das águas para consumo humano</li> <li>- Promover ações de sensibilização relativas à poupança de água</li> <li>- Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover um consumo eficiente e racional do recurso água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perdas no sistema de abastecimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar a qualidade e quantidade da água para consumo humano</li> <li>- Garantir a continuidade do acesso a sistemas de abastecimento de água para consumo humano, a toda a população do concelho de Figueiró dos Vinhos</li> <li>- Assegurar e promover ações que visem o uso eficiente e racional da água, como a implementação de sistemas que identifiquem as perdas existentes na rede de distribuição</li> <li>- Instalação de válvulas reduutoras de pressão, no sistema predial de abastecimento<sup>1</sup></li> <li>- Isolamento térmico do sistema de distribuição de água quente - promove a redução do desperdício de água corrente enquanto os utilizadores esperam que a temperatura seja adequada (medida a ter em conta na fase de construção)</li> <li>- Substituição ou adaptação de torneiras convencionais (lavatórios, etc) por dispositivos mais eficientes e com menor caudal de água (torneira com regulador de caudal, com dispositivo arrejador, com fecho automático, etc)<sup>1</sup></li> <li>- Adequação de procedimentos na lavagem de pavimentos (utilização de mangueiras com dispositivos de controlo de caudal na extremidade de modo a permitir o rápido corte ou diminuição de caudal sem ter de se efetuar deslocação à torneira de alimentação do sistema)<sup>1</sup></li> <li>- Utilização de limpeza a seco de pavimentos - substituição (parcial) de lavagem de pavimentos com água (mangueira), por métodos de limpeza a seco (vassoura / varredura automática)</li> <li>- Realização de manutenção periódica dos sistemas de rega de forma a eliminar fugas<sup>1</sup></li> <li>- Programação da altura da rega (antes das 8h00 e depois das 18h00), de forma a evitar perdas<sup>1</sup></li> <li>- Selecionar espécies vegetais autóctones com resistência à seca e eliminar periodicamente espécies infestantes<sup>1</sup></li> <li>- Efetivação da rega somente quando necessário (eventual instalação de sensores)<sup>1</sup></li> <li>- Substituição de sistemas de rega menos eficientes por sistemas de rega de baixo consumo (no caso de zonas relvadas – sistema de aspersão, no caso de jardins – sistema gota-a-gota)</li> </ul>



FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalação de recirculação, total ou parcial, da água no caso dos lagos (com sinalização de aviso relativa à sua potabilidade) e recirculação da água das piscinas (com tratamento intercalar);</li> <li>- Limitação ou proibição de utilização de água do sistema público de abastecimento, na lavagem de pavimentos, em jardins e similares, em piscinas, lagos, espelhos de água, campos desportivos campos de golfe e outros espaços verdes de recreio, em períodos de escassez;<sup>1</sup></li> <li>- Assegurar que os sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada</li> <li>- Garantir o acesso a sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, a toda a população do concelho de Figueiró dos Vinhos</li> <li>- Implementar medidas de erradicação de descargas de efluentes sem tratamento adequado de sistemasunitários, de sistemas separativos domésticos e de sistemas separativos pluviais<sup>3</sup></li> <li>- Implementar medidas de minimização de afluências pluviais aos sistemasunitários e aos sistemas separativos domésticos (desafetação progressiva de ligações pluviais);<sup>3</sup></li> </ul>
Ruído		<ul style="list-style-type: none"> <li>• População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais</li> <li>• Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais</li> <li>• Promover a qualidade de vida das populações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de Planos municipais de Redução de Ruído nas zonas sensíveis ou mistas com ocupação exposta a ruído ambiente exterior superior ao legalmente estabelecido (RGR)</li> <li>- Fiscalizar o cumprimento das normas previstas no Regulamento Geral do Ruído (RGR)</li> <li>- Promover um investimento adequado ao nível da proteção de ruído, quando tal se considerar necessário</li> </ul>
Air		<ul style="list-style-type: none"> <li>• População exposta a níveis sonoros superiores aos limites legais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados</li> <li>- Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera, nomeadamente a utilização de meios de transporte mais sustentáveis</li> <li>- Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública</li> <li>• Reduzir a poluição do ar</li> <li>• Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade do ar</li> <li>• Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites</li> <li>• Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão</li> </ul>



FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reorganizar os transportes públicos coletivos, tornando-os mais modernos, eficientes e competitivos</li> <li>- Cumprir com as recomendações definidas no "Plano de Mobilidade Sustentável", desenvolvido para o concelho de Figueiró dos Vinhos</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da Eficiência Energética</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consumo de energia (gás, eletricidade)</li> <li>Projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético em edifícios e espaços públicos</li> <li>- Fomentar a implementação de sistemas de gestão de energia, através da avaliação de consumos em edifícios e espaços públicos</li> <li>- Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE)</li> <li>- Fomentar investimentos na área das energias renováveis</li> <li>- Promover a introdução de veículos movidos a energias alternativas</li> <li>- Promover ações de sensibilização junto da população relativas à alteração de comportamentos e ao combate ao desperdício dos usos de energia em todas as suas vertentes, fomentando uma alteração de hábitos, essencial para garantir o bem-estar das populações, a competitividade da economia e a qualidade do ambiente</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização Racional de Energia</li> <li>Utilização de Fontes de Energia Renovável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Produção de energia através de recursos renováveis</li> </ul>	
Incêndio		<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de ocorrência de incêndios</li> <li>Área ardida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As estabelecidas no PMDFCI de Figueiró dos Vinhos</li> <li>- Assegurar o cumprimento do estabelecido no Regulamento do PDM de Figueiró dos Vinhos no que reporta às condições de edificabilidade em espaço florestal</li> <li>- Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação</li> <li>- Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características dos edifícios a instalar</li> <li>- Monitorizar a implementação dos planos de emergência</li> <li>- Monitorizar a ocorrência de explosões</li> </ul>
Erosão	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas</li> <li>Mantener práticas adequadas de utilização e conservação do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de edifícios afetados</li> <li>Corporações de bombeiros existentes no concelho</li> <li>Uso do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a existência de corporações de bombeiros que respondam às necessidades</li> <li>- Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do</li> </ul>



FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar os níveis de proteção do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Precipitação</li> <li>Topografia do terreno</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>solo em fase de construção e seguimento de projetos</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Controiar os processos de erosão fluvial através da manutenção e/ou promoção da vegetação ripícola, entre outros processos</li> <li>- Assegurar a conservação do solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial e a redução da perda do solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água</li> <li>- Garantir o estabelecido no PMDFCI de Figueiró dos Vinhos no que se refere à reflorestação</li> </ul>
Cheias	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir a ocorrência de situações de erosão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ocorrência de erosão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação e atualização da informação disponível no que se refere às variações do ciclo da água no concelho nas suas diferentes fases</li> <li>- Garantir o cumprimento de boas práticas de proteção do solo e dos ecossistemas no que refere a solos com características passíveis de inundações</li> <li>- Garantir condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água em situação de leito normal ou de cheia</li> <li>- Sempre que se esgotarem as possibilidades de adoção de medidas não estruturais deverá ser estudada a viabilidade técnica e económica da minimização dos efeitos das cheias e inundações através da adoção de medidas estruturais, nomeadamente bacias de retenção, laminagem de cheia e diques de proteção</li> <li>- Salvaguardar que as zonas ameaçadas pelas cheias delimitadas no âmbito da REN, se articulam com as demarcadas no âmbito do Plano Municipal de Emergência</li> <li>- Promover da salvaguarda de ocupações ou atividades em zonas de cabeceiras de linhas de água que prejudiquem a infiltração das águas e acelerem o escorramento superficial</li> <li>- Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação</li> <li>- Monitorizar a implementação dos planos de emergência face à ocorrência de situações de cheia</li> </ul>
Sismicidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Minimizar as consequências provocadas pela ocorrência de sismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de acontecimentos de sismo sentidos pela população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar a cartografia de risco sísmico para o concelho</li> <li>- Estabelecer e monitorizar a implementação de um plano de sensibilização</li> </ul>





FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Riscos Industriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prevenir a ocorrência de riscos industriais graves</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perdas de bens, naturais e materiais</li> <li>• Intensidade sísmica do concelho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>sobre regas de atuação face à possibilidade de ocorrência de sismos           <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação</li> </ul> </li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adoção dos procedimentos de higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação vigente para o tipo de unidade industrial instalada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de ocorrências de explosão</li> <li>Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir o cumprimento do estabelecido no PME e no Regulamento de Planos de Pormenor</li> <li>- Monitorizar a ocorrência de derrames/explosão</li> <li>- Avaliar os efeitos da área contaminada aquando da ocorrência de derrames</li> <li>- Garantir a impermeabilização do solo</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Medidas propostas no âmbito do PNUEA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de empresas com planos de prevenção e minimização de riscos industriais</li> <li>Número de indústrias/tempresas com planos e procedimentos de proteção individual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorizar a implementação dos planos de emergência</li> <li>- Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características das atividades a instalar</li> </ul>

<sup>2</sup> – Medidas propostas no âmbito do PEASAR II

**Quadro 4 – Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Figueiró dos Vinhos relativamente às metas pretendidas para a área do Plano**

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
População Ativa por Atividades Económicas	Sector Primário	%	-	4,2	2011 / INE	*
	Sector Secundário	%	-	27,3	2011 / INE	*
	Sector Terciário	%	-	68,5	2011 / INE	*
Atividades Económicas (Empresas) Instaladas no Concelho	N.º	-	594	2012 / INE	Aumentar	
Taxa de Atividade	%	-	39,1	2011 / INE	Aumentar	
Taxa de desemprego	%	-	15,1	2011 / INE	Diminuir	
Espaços empresariais estruturados e infraestruturados	N.º	-	2	2015 / Revisão PDM	Aumentar	
População Residente	N.º	-	6169	2011 / INE	Aumentar	
Densidade Populacional	Hab./km <sup>2</sup>	-	35,6	2011 / INE	Aumentar	
População Residente por Grupos Etários	0-14	N.º	-	657	2011 / INE	Aumentar
	15-24	N.º	-	592	2011 / INE	Aumentar
	25-64	N.º	-	3095	2011 / INE	Aumentar
	65 ou mais anos	N.º	-	1825	2011 / INE	Aumentar
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Espaço Agrícola de Produção	ha	-	1648,77	2015 / CMFV	1648,77
	Espaço Florestal de Produção	ha	-	4250,45	2015 / CMFV	4250,45
	Espaço Florestal de Conservação	ha	-	6453,16	2015 / CMFV	6453,16
Solo Rural	Espaço Natural	ha	-	3746,73	2015 / CMFV	3746,73
	Aglomerados Rurais	ha	-	506,4	2015 / CMFV	506,4
	Áreas de Edificação Dispersa	ha	-	141,71	2015 / CMFV	141,71
	Espaços de ocupação turística	ha	-	95,93	2015 / CMFV	95,93
Área REN Total	ha	-	9320,37	2015 / CMFV	9320,37	
Área RAN	ha	-	684	2015 / CMFV	684	
Regime Florestal	ha	-	1324	2015 / CMFV	1324	



FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
Rede Natura 2000		ha	-	2455,36	2008 / PSRN2000	2455,36
Solo Urbanizado	Espaços Centrais	ha	-	13,37	2015 / CMFV	13,37
	Espaço urbano de baixa densidade	ha	-	344,4	2015 / CMFV	344,4
	Espaço de atividades económicas	ha	-	22,62	2015 / CMFV	22,62
	Espaços de Uso especial – equipamentos de utilização coletiva	ha	-	8,82	2015 / CMFV	8,82
UOPG	Espaço de atividades económicas	ha	-	120,15	2015 / CMFV	120,15
	Plano de Urbanização da Vila de Figueiró dos Vinhos	ha	-	259,82	2015 / CMFV	259,82
	Plano de Pormenor de Foz de Alge	ha	-	8,7	2015 / CMFV	8,7
	Plano de Pormenor de Madre Deus	ha	-	19,6	2015 / CMFV	19,6
	Plano de Pormenor dos Olivais	ha	-	27,43	2015 / CMFV	27,43
	Plano de Ordenamento das Albufeiras do Cabril, Bouça, Santa Luzia	ha	-	0,85	2015 / CMFV	0,85
	Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelejo de Bode	ha	-	648,59	2015 / CMFV	648,59
	Plano de Pormenor do Parque Industrial de Figueiró Dos Vinho	ha	-	8,68	2015 / CMFV	8,68
	Plano de Pormenor do Parque Industrial de Figueiró Dos Vinho	ha	-	13,37	2015 / CMFV	13,37
	Estrutura Ecológica Municipal	ha	-	11212,09	2015 / CMFV	11212,09
Projetos Mobilidade	Nº	-	1	2015 / CMFV	Aumentar	
	Equipamentos e Infraestruturas de Turismo e Lazer	-	-	-	-	
	Unidades Hoteléreas	Nº	-	15	2015 / CMFV	Aumentar
	Percursos Pedestres	Nº	-	2	2015 / CMFV	Aumentar
	Ciclovias	Nº	-	0	2015 / CMFV	Criar



FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Municipio Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
Evolução do volume de tráfego	Parque de Campismo	Nº	-	1	2015 / CMFV	Mantener
Número de acidentes	Carros/hora	-	-	-	-	*
Projetos de melhoria da rede viária	Nº	-	-	-	-	*
Municipais /intermunicipais	Nº de carreiras	-	-	-	-	*
Transportes Coletivos	Regionais	Nº de carreiras	-	8	2015 / CMFV	Aumentar
	Escolares	Nº de carreiras	-	-	-	*
Ecossistemas ribeirinhos de suporte às atividades de uso sustentável	Ecossistemas ribeirinhos de suporte às atividades de uso	Nº	-	1	2015 / CMFV	*
Projetos de requalificação de áreas ribeirinhas	Projetos de requalificação de áreas ribeirinhas	Nº	-	1	2015 / CMFV	*
<b>Identidade Histórica e Cultural</b>						
Património arqueológico classificado	Património arqueológico classificado	Nº	-	12	2015/DGPC	Aumentar
Património arquitetónico classificado	Património arquitetónico classificado	Nº	-	5	2015/DGPC	Aumentar
Património arquitetónico classificado de interesse municipal	Património arquitetónico classificado de interesse municipal	Nº	-	1	2015/DGPC	Aumentar
Reabilitação de edifícios degradados	Reabilitação de edifícios degradados	Nº	-	-	-	*
Intervenções de manutenção/preservação do património arqueológico	Intervenções de manutenção/preservação do património arqueológico	Nº	-	-	-	*
Aldeia de Xistos	Aldeia de Xistos	Nº	-	1	2015/Site CM Figueiró dos Vinhos	Aumentar
Atividades culturais	Atividades culturais	Nº	-	-	-	*
Ações de divulgação cultural	Ações de divulgação cultural	Nº	-	-	-	*
Solo	Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	ton/ano	225 000 ton até 2011 (base 1995) (ENDS)	898	2013/INE	Reducir 5%
<b>Qualidade Ambiental</b>						



FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
Resíduos Sólidos Urbanos desviados de aterro (% RSU valorizados/RSU produzidos *100)	%	-	-	15	2013/INE	Aumentar 5%
<b>Água</b>						
Qualidade da água superficial	Classe	-	Estação 14H/02 (Alje) - Excelente	2012/PGRHT	Mantener	
Qualidade da água subterrânea	Classe	-	Furo 276/C68: >A3 (Fluoretos)	2013/SNIRH-APA	Classificação: A1	
	Classe	-	Furo 263/C64: >A3 (Fluoretos)	2010/SNIRH-APA	Classificação: A1	
Qualidade das águas balneares	Classe	-	Praia fluvial Ana de Avis: Aceitável	2014/APA	Classificação: Boa	
Consumo de água por habitante	m³/ano	-	95 (PEAASAR)	2014/APA	Classificação: Boa	
População servida por sistema de abastecimento de água para consumo humano	%	100	2005/INE	Reduzir 5%		
Perdas no sistema de abastecimento	l/hab.dia	-	67	2012/PGRHT	Mantener	
Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água	n.º	-	-	-		
População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	%	90 (PEAASAR)	22	2005/INE	90	
População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	%	90 (PEAASAR)	22	2005/INE	90	
<b>Ruido</b>						
População exposta a níveis sonoros L <sub>Aeq</sub> diurno > 65 dB (A) - Zonas mistas	%	-	1	2008/Mapa de Ruido, Proposta PDM Figueiró dos Vinhos	*	
População exposta a níveis sonoros L <sub>Aeq</sub> nocturno > 55 dB (A) - Zonas mistas	%	-	1		*	
População exposta a níveis sonoros L <sub>Aeq</sub> diurno > 55 dB (A) -	%	-	11		*	



FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
Zonas sensíveis						*
População exposta a níveis sonoros L <sub>Aeq</sub> nocturno > 45 dB (A) – Zonas sensíveis	%	-	-	11		
Ar						
Qualidade do ar	Classe	-	Bom	2012/Qualar-APA	Mantener	
Dias com parâmetros de qualidade acima dos limites	Ozono – Limiar de Alerta à população	n.º	-	0	2013/Qualar-APA	0
	Ozono – Limiar de Informação à população	n.º	-	0	2013/Qualar-APA	0
	Dióxido de Azoto – Alerta	n.º	-	0	2013/Qualar-APA	0
	Dióxido de Enxofre - Alerta	n.º	-	0	2013/Qualar-APA	0
	Partículas <10µm	n.º	-	1	2013/Qualar-APA	0
Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão.	n.º	-	0	2015/APA	Mantener	
Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável	n.º	-	7	2015/CMFV	Aumentar	
Energia						
Consumo de Energia Elétrica	Kwh/ano	-	15.385.575	2012/DGEG	Reducir 5%	
Consumo de Gás	Kwh/ano	-	0	2005/DGEG	*	
Projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética	n.º	-	-	-	*	
Produção de energia através de recursos renováveis	Kwh/ano	-	-	-	*	
Risco Incêndio						
Risco de ocorrência de incêndio florestal	Escala	-	Médio - Elevado	PMDFCI/2014	*	
Área ardida – acontecimentos	Nº/ano	-	21	PMDFCI/2014	0	
Área ardida	ha/ano	-	382,67	PMDFCI/2014	0	
Edifícios afetados	Nº/ano	-	-	-	*	
Número de corporações de Bombeiros	Nº	-	1	2015/Revisão PDM	Mantener	
Riscos Ambientais						



FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
<b>Risco Erosão</b>						
Topografia do terreno - Declive	m	-	-	150-930	2015/Relatório de Caracterização Física (CMFV)	*
Ocorrência de erosão	kg/ano	-	-	-	-	0
<b>Risco Cheia</b>						
Precipitação	mm/ano	-	-	1000 (Sul) – 1600 (Norte)	2015/PMDFCI	*
Caudal médio dos rios	m <sup>3</sup> /ano	-	-	-	-	*
Áreas inundadas	ha/ano	-	-	-	-	0
Ocorrência de cheias	Nº/ano	-	-	-	-	0
<b>Sismicidade</b>						
Intensidade sismica	Escala	-	6-7	6-7	2015/Relatório de Caracterização Física (CMFV)	*
Sismos sentidos	Nº/ano	-	-	-	-	*
<b>Riscos Industriais</b>						
Ocorrências de explosão	Nº/ano	-	-	-	-	0
Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame	m <sup>2</sup> /ano	-	-	-	-	0
Perdas patrimoniais	Euros/ano	-	-	-	-	0
Número de empresas com planos de prevenção e minimização de riscos industriais	Nº/ano	-	-	-	-	*
Número de indústrias/empresas com planos e procedimentos de proteção individual	Nº/ano	-	-	-	-	*
<b>Áreas Classificadas</b>						
Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	N.º Hectares	-	-	1 2455,36	2008/PSRN2000 2008/PSRN2000	Mantener Mantener
<b>Biodiversidade e Conservação da Natureza</b>						

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
Ações de manutenção/gestão de componentes de compartimentação da paisagem (sebes vivas, muros, caminhos tradicionais)	N.º	-	0	2014/CMIFV	A definir pelo Plano de Gestão do SIC	
Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados em Área Classificada	N.º Extensão	-	1 < 1Km	2014/CMIFV	Mantener	
Plano de gestão para Área Classificada	Hectares	-	0	ICNF	Mantener	
Especies com estatuto de proteção	N.º	-	7	2008/PSRN2000	1	
Especies ameaçadas	N.º	-	5	2006/LVVP	Mantener	
Ações de conservação de espécies	N.º	-	0	2014/ICNF	A definir pelo Plano de Gestão do SIC	
Habitats prioritários	N.º Hectares	-	2	2008/PSRN2000	Mantener	
<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>						A definir pelo Plano de Gestão do SIC
Áreas/sistemas biofísicos integrados em espaços de EEM	Hectares	-	-	-	*	*
Gestão, Conservação e Valorização da Floresta						
Ações de conservação de habitats	N.º Extensão	-	0	2014/ICNF	A definir pelo Plano de Gestão do SIC	
Zonas de Intervenção Florestal	N.º	-	1	2014/ICNF; PGF	Mantener	
Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	Hectares	-	0	2014/ICNF	A definir pelo Plano de Gestão Florestal ou pelo Plano de Gestão do SIC	
Áreas de distribuição das espécies vegetais invasoras	Hectares	-	0	2014/PMDFCI	A definir pelo PMDFCI, ou pelo Plano de Gestão do SIC	
Ações de controlo de espécies vegetais invasoras (n.º e área)	N.º	-	0	2014/PMDFCI	A definir pelo PMDFCI, ou pelo	



FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho	Piano de Gestão do SIC
	abrangida						
	Extensão			0	2014/PMDFCI; PGF	A definir pelo PMDFCI, ou pelo Piano de Gestão do SIC	
Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	N.º			5	2014/CMFV		
	Extensão			16Km	2014/CMFV	Mantar	Mantar

- Não existe informação

\* Indicadores importantes para efeitos de monitorização, na Fase de Acompanhamento/Seguimento do Plano (não tendo sido atribuída nenhuma meta), recomendando-se, quando necessário, a elaboração de estudos de suporte à sua caracterização.

\*\* Por equipamentos de Turismo e Lazer consideram-se: Circuitos de Manutenção, Piscinas e praias Fluviais, Zonas fluviais e de Lazer, Miradouros, Campos de prática desportiva, Jardins, Monumentos e Museus ou similares.





Para que a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, deverão ser cumpridas as medidas propostas no Plano de Controlo, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspectos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.